



APRITEL

ASSOCIAÇÃO DOS OPERADORES
DE COMUNICAÇÕES ELETRÔNICAS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS



2014

ÍNDICE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

I. A Aritel

• Mensagem da Direção	4
• Mensagem da Secretária-Geral	4
• Identidade Governance Missão	5
• Eixos de Ação	6
• Os nossos Associados	7
• Órgãos sociais	8
• Estrutura Organizativa	9

II. O contexto

• O Setor	
Enquadramento macro-económico	11
Alterações estruturais do Mercado	13
Estatísticas e Principais Tendências	14
Cobertura das redes	17
Digital Single Market	18
<i>Over the top</i> : o desafio	18

III. Principais Ações

• CT Mercado	21
• CT Consumidores	23
• CT Audiovisual	25
• CT Redes	28
• CT Ação Legislativa	29

IV. Comunicação

• Aritel na Imprensa	30
----------------------	----

V. Contas do Exercício

• Demonstração de Resultados	32
• Balanço	33
• Mapas de Comparação Orçamental	35

2014

A APRITEL

MENSAGEM DA DIREÇÃO

Os últimos 3 anos foram extremamente exigentes em virtude da situação política, económica e financeira do País, no contexto dos mecanismos de assistência financeira. Num período difícil para o País, a Apritel respondeu ao seu dever de contribuir para o desenvolvimento de Portugal trabalhando estreitamente com o Governo para identificar e solucionar constrangimentos na área da Justiça e do Acesso ao Direito e promovendo medidas de melhoria da eficiência da Administração da Justiça.

Tendo sido um ano de mudanças estruturais do mercado, todos os *players* tiveram que se adaptar. A performance do setor, contudo, não só não foi afetada pelas mudanças estruturais, como apresentou resultados de excelência, pese embora a forte contração das receitas.

2014 foi um ano em que a APRITEL optou por uma mudança no modelo de *Governance*, atribuindo um papel de maior relevo à função de Secretário/a-Geral.

Como membros da Direção da Apritel, continuamos solidariamente apostados no desempenho da APRITEL enquanto interlocutor institucional por excelência do setor como um todo junto das instâncias legislativas, regulatórias, associativas e da comunicação social.



Sofia Gaspar

Diretora Financeira
e de Regulação

Ar Telecom



Madalena Sutcliffe

Diretora Jurídica e
de Regulação

Cabovisão



Filipa Carvalho

Diretora Jurídica e
de Regulação

NOS



Madalena Sutcliffe

Diretora Jurídica e
de Regulação

ONI



Marta Neves

Diretora de Reg,
Conc. Jur., Membro
Comité Exec
MEO



Cristina M Perez

Diretora Jurídica e
de Regulação

Vodafone

MENSAGEM DA SECRETÁRIA-GERAL

A Apritel pauta-se por princípios de solidariedade e de prossecução do Bem Público, valores com os quais confronta sempre o interesse da Indústria.

Portugal tem uma Indústria de Comunicações Eletrónicas de que pode e deve orgulhar-se: temos feito investimentos em fibra óptica que nos colocam entre os melhores do mundo; o consumidor português tem à sua disposição uma ampla gama de ofertas *multiple play* convergentes, fixo e móvel. Noutra perspetiva, devemos apreciar a forte ligação desta indústria à música, com os festivais que todos os anos se repetem, colocando Portugal na rota dos destinos imprescindíveis dos amantes da música.

2014 foi um ano de grandes alterações estruturais, que modificaram as forças do mercado, e foi também um ano marcado pelo fim da presença da Troika em Portugal. Alguns difíceis desafios regulatórios são a emergência dos grandes players *over the top* ou a concretização regulatória do princípio da *net neutrality*.

Enquanto Secretária-Geral em início de funções, não posso deixar de fazer o meu elogio à Presidência exercida com brilhantismo e enorme dinamismo pela Ana Paula Marques, durante três difíceis anos para o País e para o setor das Comunicações Eletrónicas.

**'Portugal tem uma
Indústria de que
pode e deve
orgulhar-se.'**



Daniela Antão,
Secretária-Geral da
APRITEL



IDENTIDADE | GOVERNANCE | MISSÃO

IDENTIDADE

A Apritel é uma associação setorial de **representação institucional** de empresas de comunicações eletrónicas, dedicada a promover medidas públicas que contribuam positivamente para a rentabilidade, sustentabilidade e inovação do setor, e uma percepção positiva do público sobre a indústria.

GOVERNANCE

Em agosto de 2014 a Apritel modificou o seu modelo de **governance**, optando por **reforçar a função executiva na figura de Secretário-Geral**, sem vínculo aos operadores, a quem se confia a condução da ação associativa, em plena sintonia com a Direção.

MISSÃO

No seu papel de **interlocutor institucional**, a Apritel promove a adoção de boas medidas e políticas públicas ou de iniciativa particular, que promovam o equilíbrio contratual das ofertas do mercado, o investimento e a inovação tecnológica, a valorização das pessoas no centro das comunicações eletrónicas e o desenvolvimento do nosso País.

medidas públicas
adequadas

equilíbrio
contratual

investimento
inovação

as pessoas no
centro



EIXOS DE AÇÃO

No desempenho da nossa Missão, organizamos a ação da Associação em torno de 5 eixos:

.....

1 O NOSSO PAPEL

.....

Afirmação da identidade, missão e objetivos da APRITEL no cenário atual.

2 BOA REGULAÇÃO

.....

Participação contínua da APRITEL nos processos de decisão legislativa e regulatória, promovendo boas decisões.

3 EQUILÍBRIO CONTRATUAL

.....

Melhoria contínua da informação e do esclarecimento dos consumidores, promovendo contratos equilibrados.

4 UMA INDÚSTRIA CRUCIAL

.....

Valorização da qualidade e importância da Indústria em benefício do desenvolvimento de Portugal, combatendo a crescente oneração do Sector.

5 SUSTENTABILIDADE

.....

Elevar a prioridade a divulgação das ações de responsabilidade social no Sector, valorizando o lugar central das pessoas como razão de ser das comunicações eletrónicas - são as pessoas que comunicam.



Os Nossos Associados





ÓRGÃOS SOCIAIS

Da Assembleia-Geral de 13 de abril de 2011 resultou uma direção com a Ar Telecom, Cabovisão, Oni, Optimus, PT, Vodafone e Zon, com a presidência atribuída à Optimus, representada por Ana Paula Marques, e a Vice-Presidência à ONI, representada por Paulo Neves.

Contudo, em maio de 2014, foi fundada a NOS, entidade que substituiu a Optimus e a Zon enquanto associadas.

Por outro lado, a partir de maio, Ana Paula Marques e Paulo Neves cessaram as suas funções de Presidente e Vice-Presidente da Direção, respetivamente.

Posteriormente, com a mudança do modelo de Governance em agosto de 2014, a Direção mandatou como Secretária-Geral Daniela Antão para o exercício de funções executivas.

Direção

Ar Telecom – Sofia Gaspar;
 Cabovisão e Oni – Madalena Sutcliffe¹;
 OPTIMUS, sucedida por NOS - Filipa Carvalho *;
 Portugal Telecom – Marta Neves;
 Vodafone – Cristina Minoya Perez;
 ZON – Francisco Fermoselle Silva*.

* a partir de maio 2014 NOS substituiu Optimus e Zon

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Alexandre Sousa Machado;
 Vice-Presidente: Manuel Ferreira da Costa;

Conselho fiscal

Presidente: BT – Carlos Dias;
 Vice-presidente: COLT – Carlos Jesus;
 Vogal: ZAPP – João Barbosa³.

¹ Substituiu Daniela Antão (2012)

² Substituiu Paulo Neves (2012) e Ilídio Menezes Cardoso (2013)

³ Renunciou (2011)



ESTRUTURA ORGANIZATIVA

.....

A APRIEL segue um critério de especialização em razão da matéria, organizando as equipas de trabalho com membros das empresas associadas especialistas nas respetivas áreas temáticas, assim emprestando à Associação a competência de excelência do Sector para cada assunto. A equipa executiva compõe-se, assim, da Secretária-Geral e 5 Comissões Técnicas e um grupo de trabalho, que reportam à Direção, com a coordenação da Secretária-Geral. A representação da Associação em atos externos é assegurada por membros da Direção e pela Secretária-Geral.

6 Áreas de Especialização, com a Coordenação da Secretária-Geral





A APRITEL EM CONTEXTO



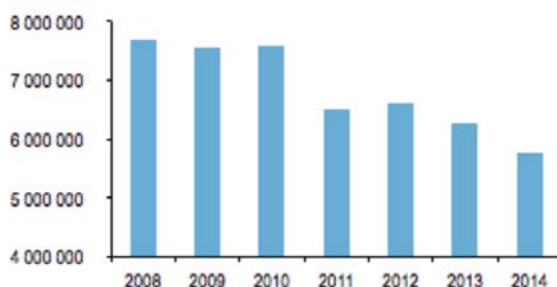
O SETOR

1. Enquadramento macro-económico

O Sector das Comunicações Eletrónicas continuou a resistir a condições bastante adversas de quebra do rendimento nacional, do consumo e dos níveis de confiança, acentuando-se uma conjuntura desfavorável que se vinha arrastando desde 2008 e se acentuou nos últimos anos.

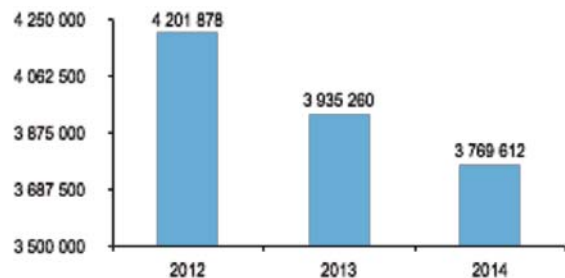
Com efeito, a quebra no rendimento global do Setor refletiu-se numa importante redução de receitas, conforme se pode confirmar nos gráficos seguintes.

Gráfico 1: Quebra no rendimento global no Setor



fonte: ANACOM e Banco de Portugal; Unidade: 10⁶ euros

Gráfico 2: Receitas dos principais serviços de comunicações eletrónicas



fonte: Anacom, Setor das Comunicações 2014; Unidade: 10⁶ euros



O SETOR

1. Enquadramento macro-económico

.....

Na difícil conjuntura económica, as medidas de promoção da competitividade e de desoneração do Sector previstas no Memorando de Entendimento do Programa de Assistência Financeira a Portugal (pontos 5.16 a 5.19)¹ constituíram um forte contributo para a performance deste Sector.

O aumento da eficiência, os esforços de investimento e inovação dos Associados da Apritel e as medidas de promoção da competitividade foram decisivos para que o Setor pudesse dar o seu contributo para que Portugal começasse a registar em 2014 ligeiros sinais de recuperação económica.

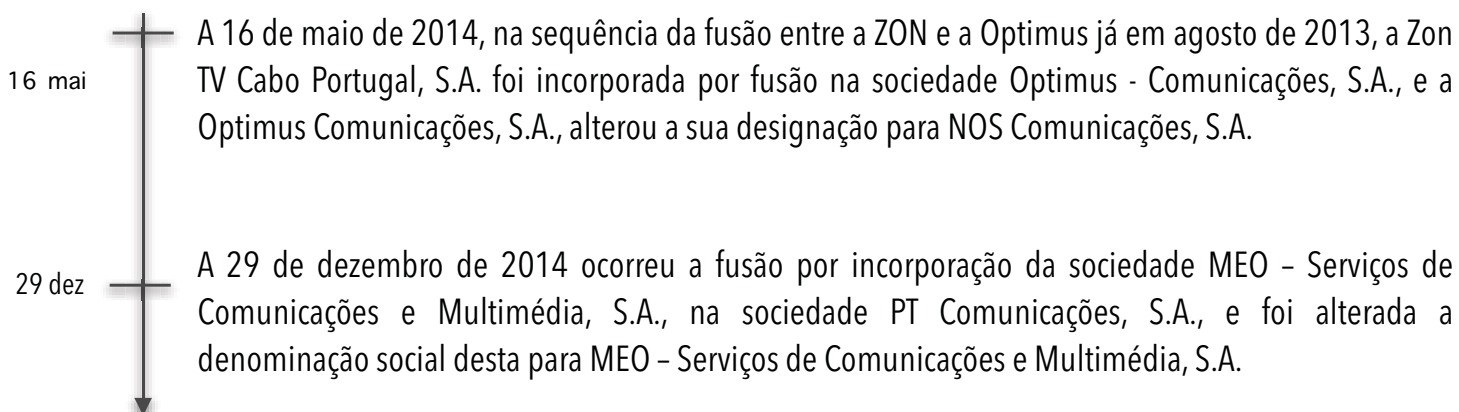
De acordo com os indicadores económicos do Banco de Portugal, o PIB português apresentou, no quarto trimestre de 2014, uma taxa de crescimento homóloga de 0,7%.

Este resultado é explicado sobretudo pela evolução positiva da procura interna e em especial pelo investimento em capital fixo e pela evolução do consumo, que verificou um crescimento de 1,9% no último trimestre de 2014.

Houve uma visível recuperação na formação bruta de capital fixo, com uma taxa de crescimento homóloga de 2,4% no 4Q 2014, acompanhada da redução da taxa de desemprego, que em 2013 se encontrava nos 16,2%, mas em 2014 fechou nos 13,9%.

O SETOR

2. Alterações estruturais do Mercado



Assim, durante o ano de 2014, em Portugal, estavam presentes nos mercados de comunicações eletrónicas em Portugal os Grupos Altice, NOS, PT/MEO, Vodafone (através da Vodafone Portugal) e os operadores Ar Telecom, BT, Colt e Verizon.

Já em janeiro de 2015 a venda da PT Portugal à Altice foi aprovada pelos acionistas da PT SGPS. Em fevereiro de 2015, o Grupo Altice notificou a Comissão Europeia deste projeto de aquisição.



O SETOR

3. Estatísticas e Principais Tendências

O Setor mostrou-se bastante dinâmico a endereçar os diferentes segmentos de mercado e registando uma abordagem muito consistente aos modelos de tarifários *multiple play* convergentes fixo-móvel.

No âmbito do Serviço Terrestre Móvel (STM) houve um aumento da taxa de mudança de prestador⁴, o que se atribui à expansão das referidas ofertas *multiple play* (9,1% no final de 2014 contra 5,9% no final de 2013).

A APRITEL também assinala a importante evolução no dinamismo da mudança de prestador, registada pelo Regulador nacional, de acordo com um inquérito promovido pela Comissão Europeia.⁵

1. Elevada mobilidade do mercado português

Cerca de 13% dos lares em Portugal com serviços em pacote mudaram de prestador no último ano, mais 2 pontos percentuais do que na UE28 (11%).

Portugal é o país da UE28 com a terceira maior percentagem de lares que já mudaram de prestador pelo menos uma vez (64 %).

⁴ Segundo o Barómetro de Telecomunicações da Marktest citado pela ANACOM no relatório O Setor das Comunicações'14

⁵ E-Communications and Telecom Single Market Household Survey.

O SETOR

3. Estatísticas e Principais Tendências

Reflexo do esforço de inovação é a adesão crescente aos serviços vendidos em pacotes que agregam 3, 4 e mesmo 5 serviços, (*Triple Play*, *Quadruple Play* e *Quintuple Play*).

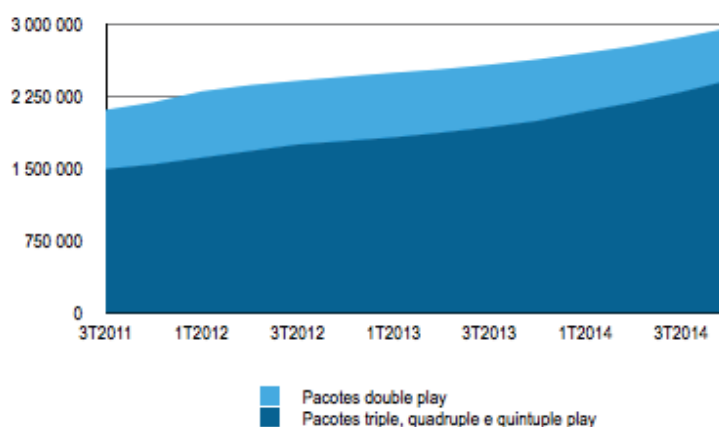
Em 2014 surgiram as ofertas 4P e 5P, que se distinguem das ofertas 3P por incluírem Banda Larga Móvel (placas ou modems) e por associarem um ou mais cartões móveis (STM). Em 2014 também se desenvolveram, em televisão, os serviços multiplataforma.

O número de subscritores de pacotes com três ou mais serviços situa-se perto dos 3 milhões, 73% do total de habitações em Portugal.

A adesão dos consumidores a estas modalidades de serviços em pacote denota um aumento do nível de sofisticação desta Indústria e da oferta de comodidades adicionais aos consumidores portugueses.

2. Generalização do 3P-4P-5P mostra sofisticação do mercado português

Evolução do número de subscritores de pacotes de serviços, por tipo



Unidades: milhares de subscritores

Fonte ANACOM <http://www.anacom.pt/render.jsp?contentId=1347928#VSUejF7oaXO>



O SETOR

3. Estatísticas e Principais Tendências

A taxa de penetração da banda larga é considerada um dos principais indicadores de modernização dos países, já que a info-inclusão é hoje uma condição de prosperidade para cidadãos e empresas, e por isso mesmo está no cerne da agenda política para a competitividade da Europa para 2020.

Também aqui o Sector oferece ao País um desempenho de excelência.

número acessos BLF

2,8 milhões

2014

+10,4%

4T13/4T14

3. Acessos em banda larga acima da média UE

acessos $\leq$ 10Mbps

87,3%

Portugal 2T14

70,2%

UE jul14

O SETOR

4. Cobertura das redes

Apesar da conjuntura, o Setor continua a registar elevados níveis de investimento. Desde logo, vários operadores anunciaram objetivos ambiciosos para alargar cobertura FTTH/B.

Aliás, Portugal está em 3.º lugar no ranking da UE de cobertura em FTTH/B. Adicionalmente, em Cabo EuroDOCSIS 3.0 a penetração de 79,5% compara com uma média da UE de 41,6%.

4. A cobertura de redes é superior à média europeia

Apesar da conjuntura, o Setor continua a registar elevados níveis de investimento. Desde logo, vários operadores anunciaram objetivos ambiciosos para alargar cobertura FTTH/B.

Aliás, Portugal está em 3.º lugar no ranking da UE de cobertura em FTTH/B.

Para os planos de expansão de fibra dos operadores, importa notar que em Portugal, 90% alojamentos preparados para receber fibra ótica, versus média na UE28 de 23%.

No móvel, é de destacar que os prestadores disponibilizam 4G+ (LTE-Advanced) em Lisboa e Porto, tecnologia que permite atingir velocidades de download máximas teóricas de 300 Mbps.

Cobertura de redes de banda larga em Portugal e na UE28 - dezembro de 2013

	DSL	Cabo standard	EuroDOCSIS 3.0	FTTP	HSPA	Total NGA
Portugal	99,1	79,9	79,5	49,6	95,3	84,4
UE28	93,5	43,0	41,6	14,5	97,1	62,0

Unidade: percentagem de alojamentos cobertos por 100 alojamentos

Fonte: Anacom, Setor das Comunicações 2014

⁷ Fontes: ANACOM e estudo do IDATE para o FTTH Council Europe, dados de final de 2014



"315 million Europeans use the internet every day. But obstacles remain to unlock this potential"...

Towards a Digital Single Market

5. Digital Single Market

As liberdades de circulação de pessoas, bens, serviços e capitais têm tornado a Europa num espaço onde as pessoas podem livremente interagir de forma transfronteiriça.

Com a revolução da internet, a economia tem-se tornado cada vez mais digital, desaparecendo as distâncias físicas. Contudo, permanecem obstáculos à plena concretização das liberdades do mercado único europeu, em ambiente digital.

Foi feito um levantamento desses obstáculos e das medidas necessárias para tirar pleno proveito de um real Mercado Único Digital. É assim que nasce na UE uma política para uma Economia Digital Europeia, também conhecida como *Digital Single Market*, perseguindo 8 grandes objetivos.

6. Over-the-top: o desafio.

O atual cenário digital apresenta uma enorme complexidade. Sob (*over*) a internet correm serviços, conteúdos, aplicações, comunicações de voz, de imagem, etc. Há muito tempo que a Internet deixou de ser uma rede de mera transmissão de dados ... escritos!

A 'riqueza' do novo tráfego de Internet exige pesados investimentos em redes; as exigências de imediatismo dos internautas, mais investimento exigem. Correntemente, existem inúmeros constrangimentos regulatórios no uso de dados pessoais e inúmeros ónus e obrigações impostas aos operadores de comunicações eletrónicas, mas já não aos operadores OTT. A APRITEL vem pugnando pela eliminação destas desigualdades, prejudiciais para a competitividade dos operadores.

mercado online seguro: confiança dos consumidores nas transações; proteção dos bens digitais contra atividades criminais; harmonização e simplificação das regras e dos direitos dos consumidores

dados pessoais: garantia de proteção

propriedade intelectual: modernização, clarificação e simplificação das regras

compatibilidade e **interoperabilidade** entre sistemas

fiscalidade pan-europeia, designadamente do IVA

uniformização regras e **custos de entrega** das transações

regulação do mercado baseada em princípios concorrenciais

rede de **banda larga**, fiável, e acessível a todos

PRINCIPAIS AÇÕES



PRINCIPAIS AÇÕES



PRINCIPAIS AÇÕES

1. CT Mercado

EO TROIKA

A APRITEL acompanhou e participou ativamente no *Programa de Ajustamento Português*. Reuniu-se com responsáveis do FMI para demonstrar que, ao contrário das críticas proferidas por esta instituição, o sector tem procedido sistematicamente a reduções de preços, resultado da acrescida competitividade do sector, com benefícios claros para os consumidores.

Na reunião, teve oportunidade de apresentar indicadores que demonstram o grau de concorrência que caracteriza o sector em Portugal, a redução sucessiva de preços, o nível de satisfação dos consumidores e ainda o contributo para a Sociedade Civil e para a dinamização da economia, fatores que, quando comparados com outros sectores em Portugal e com congéneres europeus, se destacam muito positivamente, ao contrário do que resulta das declarações do responsável do FMI.

EO PO Taxa de Atividade

A ANACOM inclui entre os custos administrativos do seu funcionamento a suportar cada ano pelos operadores, através da Taxa de Atividade, as provisões para contingências legais.

A DECO anunciou ter colocado uma ação contra a ANACOM referente à TDT.

Apritel tomou uma posição firme por carta dirigida à ANACOM contra a contabilização das provisões relativas à referida ação da DECO para efeitos da Taxa de Regulação de Atividade.

Com o mesmo objetivo, esteve em Audiência com o Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações.

PRINCIPAIS AÇÕES

1. CT Mercado

PO **Connected Continent**

Por solicitação da Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, a APRITEL participou na Consulta Pública lançada pela Comissão sobre a iniciativa *Connected Continent*, tendo tomado posição crítica em relação a alguns temas-chave para o Sector.

Sobre os poderes da Comissão em matérias de espectro, preocupa ao setor o risco de uma concentração de poderes que leve a abordagens *one-size-fits-all* que não levem em devida consideração as especificidades dos mercados locais e possam, no limite, vir a comprometer as condições de rentabilização dos investimentos em redes, à medida do desenvolvimento de novas gerações de tecnologia.

O aumento da intervenção regulatória sobre preços, merece a oposição da APRITEL, em especial a incerteza em torno dos preços de *roaming*, matéria em que a intervenção da Comissão se revela altamente intrusiva.

A abordagem à *Net Neutrality* merece os maiores cuidados: se demasiado restritiva, pode colocar em causa os seus objetivos políticos, comprometer o crescimento, o desenvolvimento e a efetiva democraticidade do acesso à Internet.

EO **TMDP**

Por requerimento dos Grupos Parlamentares do CDS-PP e do PSD n.º 504.770, entrado em 19.09.2014 na Divisão de Apoio às Comissões, foi a APRITEL convocada para uma audiência da Comissão de Economia e Obras Públicas da Assembleia da República a fim de prestar esclarecimentos sobre o regime de pagamento da TMDP, a transparência dos processos de auditoria realizados pela ANACOM por auditor independente à informação dos operadores para apuramento dos valores de TMDP devidos, cobrados e pagos. A Apritel prestou todos os esclarecimentos aos Senhores Deputados, deixando claro que a TMDP e os processos a esta associados são anualmente auditados e não devem levantar quaisquer preocupações.

CP **Proposta de Diretiva - pagamento de serviços**

A Apritel remeteu à ANACOM a sua posição sobre esta proposta de diretiva, já que os pagamentos efetuados através de telemóvel caem no seu âmbito de aplicação. Manifestando-se favorável a esta regulamentação em geral, a Apritel criticou, contudo, o baixo valor dos limites das isenções previstas para as operações de pagamento desencadeadas pelos operadores para aquisição de conteúdos digitais.

PRINCIPAIS AÇÕES

1. CT Consumidores

PO

EO

Petição da DECO - fidelizações

A Deco recolheu assinaturas para uma petição à Assembleia da República solicitando a introdução de uma alteração (Petição N.º 338/XII/3) legislativa à Lei das Comunicações Eletrónicas (Lei n.º 5/2004, 10/02) que proibisse a contratação de períodos de fidelização superiores a um ano e a cobrança de valores de indemnização por rescisão antecipada.

Ao longo do ano realizaram-se inúmeras diligências a respeito desta iniciativa, das quais se destacam uma carta aberta, uma audiência na Assembleia da República, na Comissão Parlamentar de Economia e Obras Públicas (CEOP), e a apresentação de uma posição fundamentada de forma objetiva e detalhada, sustentada em estatísticas públicas oficiais, dirigida ao Senhor Deputado Relator do processo de iniciativa legislativa popular desencadeado pelo depósito da Petição à AR com este objeto.

A APRITEL explicou que as estatísticas da Anacom sobre as reclamações recebidas demonstram a real diminuta dimensão do problema.

Com efeito, do universo total das reclamações com ligação ao tema da fidelização (8,5% do total), apenas 0,25% se dirigiam contra a *duração dos prazos de fidelização*.

É notório que predominam nesta matéria problemas de falta de informação, que a APRITEL e os Associados estão empenhados em endereçar.

Também se sublinhou que a própria Autoridade da Concorrência reconheceu em parecer a adequação do prazo máximo de dois anos para não impedir a sustentabilidade de preços acessíveis e a manutenção dos exigentes níveis de investimento que esta Indústria impõe.

Dados apresentados p/ ANACOM ao Parlamento 2013

Total Reclamações Anacom	63 822	100%
Reclamações Comun. Eletrónicas	51 696	81,0%
Relacionadas Períodos Fidelização, das quais	5 417	8,5%
Situações especiais (*)	2 906	4,6%
Problemas de informação	2 353	3,7%
Duração do Período Fidelização	158	0,2%

PRINCIPAIS AÇÕES

1. CT Consumidores

CP Contratos para prestação de serviços de comunicações eletrônicas

A APRITEL comentou em sede de Consulta Pública da Anacom as linhas de orientação sobre o conteúdo mínimo dos contratos para a prestação de serviços de comunicações eletrônicas.

Apesar de considerar louvável a intenção que o ICP-ANACOM imprimiu nas opções vertidas nesta Consulta Pública, considerámos que algumas das medidas equacionadas são excessivas, não se vislumbrando mais-valia para os consumidores, que poderão vir mesmo a ser confrontados com um nível exacerbado de informação antes de contratar.

EO Conselho Nacional do Consumo

A APRITEL, enquanto membro deste importante órgão de participação legislativa, interveio nas reuniões realizadas, das quais se destacam as discussões sobre o regime jurídico das vendas à distância e a futura revisão do regime jurídico do comércio eletrónico.

PO Livro de Reclamações

A Apritel remeteu ao Governo um contributo para a revisão do Decreto-Lei n.º 156/2005, para clarificação do conceito de "disponibilização imediata".

PO Regime Jurídico das Vendas à Distância

Sobre a revisão deste regime, a Apritel apresentou a sua posição oficial ao Governo no âmbito de uma consulta lançada pelo CNC.

No que diz respeito ao setor das comunicações eletrônicas, grande parte das obrigações de informação agora previstas já resultam do acervo regulamentar emanado do ICP-ANACOM. Não obstante, algumas regras agora projetadas agravam o grau de complexidade da relação contratual e colidem com a legislação setorial, deixando amplo lugar para a incerteza neste domínio.

EO Conselho de Acompanhamento do Centro Internet Segura

O tema da segurança da Internet, sobretudo para os públicos infantis e jovens, é uma grande preocupação partilhada pela APRITEL e os seus Associados.

A APRITEL acompanha as importantes iniciativas deste grupo (v.g., o *Safer Internet Day* 2014, a *Campanha contra o Discurso do Ódio Online*, a *Semana SeguraNet*).

PRINCIPAIS AÇÕES

1. CT Audiovisual

O desafio da Pirataria online. O investimento em Redes de Nova Geração, fixas e móveis, beneficiou diretamente a indústria da música e do audiovisual, que encontra no meio digital um mercado sem fronteiras, com um potencial de procura mundial. Esta é uma mudança de paradigma duplamente ganhadora: as indústrias criativas desenvolvem-se no mercado digital, e as redes com mais capacidade e velocidade conseguem suportar mais tráfego de conteúdos criativos.

Para que este modelo seja sustentável, fornecedores e distribuidores devem ter meios de gerar receita. Ambos os lados enfrentam desafios difíceis de regular: a pirataria, para os titulares de direitos, ou a deslocação do valor do *layer* das redes para os operadores *over-the-top*, agravado por um desequilíbrio regulamentar favorável e estes últimos. A APRITEL vem pugnando pela correção destas desigualdades regulatórias

Quanto à luta contra a *pirataria online*, foi celebrado sob a égide da Comissão Europeia um *MoU de combate à venda de bens contrafeitos*, entre motores de busca, lojas online (v.g. Amazon) e marcas. A APRITEL vê favoravelmente o estabelecimento de um entendimento voluntário aplicável à defesa da propriedade intelectual na vertente dos direitos de autor e direitos conexos (DADC).

Não é de mais sublinhar que os operadores partilham do interesse na proteção da integridade da receita dos DADC.

Muitas vezes, mais até do que os operadores de comunicações eletrónicas, os motores de busca podem desempenhar um papel crucial na filtragem e remoção de conteúdos ilicitamente tornados disponíveis.

Adicionalmente, é necessário promover o uso e as fontes lícitas de acesso a conteúdos. Realmente, inquéritos feitos pelo Observatório Europeu das Infrações aos Direitos de Propriedade Intelectual mostram que a maioria das pessoas que copia ilicitamente o faz porque não encontra fonte lícita de acesso aos mesmos.

PRINCIPAIS AÇÕES

1. CT Audiovisual

IL

EO

**Artigo 178.º/4 CDADC e
Lei da Cópia Privada**

A APRITEL defendeu no Parlamento a eliminação do n.º 4 do artigo 178.º do Código de Direitos de Autor e Direitos Conexos (CDADC) por ocasião da discussão da Projeto de Proposta de Lei n.º 247/XII da autoria do Governo.

Em 14-12-2011 deu entrada o Projeto de Lei n.º 118/XII da iniciativa do Grupo Parlamentar do PS, destinado a proceder à revisão do regime jurídico da 'Cópia Privada' (aprovado pela Lei n.º 62/98, de 1 de setembro). Em 23 de março de 2013 a iniciativa foi retirada.

Em 29 de agosto de 2014 dá entrada nova iniciativa - a PL 246/XII - autoria do Governo (que correspondia à Proposta de Lei do Conselho de Ministros 283/2014, de 10 de julho).

A APRITEL apresentou a sua posição oficial em julho do mesmo ano.

Em 19-09-2014 o projeto foi votado e aprovado por unanimidade na generalidade, tendo baixado à comissão para discussão e votação na especialidade.

A APRITEL foi ouvida pela Comissão Parlamentar competente (1.ª Comissão - Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias) em 14-11-2014, a quem remeteu nova posição escrita alertando para os defeitos da Proposta e para os efeitos perniciosos sobre o mercado.

A Apritel procurou sensibilizar também a Direção-Geral do Consumidor (DGC), o Secretário de Estado da Cultura e os diferentes Grupos Parlamentares, a quem pediu audiências individuais.

IL

EO

Lei do Cinema

O Governo desencadeou um processo de revisão legislativa da Lei n.º 55/2012, de 6 de setembro, relativa ao quadro de financiamento do cinema e audiovisual, A "Lei do Cinema", através da Proposta de Lei n.º 192/XII/3ª. O cinema português é um bem cultural de todos os portugueses, e por isso deve ser financiado pelo Orçamento de Estado.

Contudo, os operadores de comunicações eletrónicas financiam substancialmente a produção de cinema.

O setor investe pesadamente no cinema português através da receita da "taxa do cinema". Desta forma dá um decisivo contributo para o desenvolvimento desta indústria. Os operadores não são compensados por estes investimentos. É contra esta iniquidade que a APRITEL se tem vindo a manifestar, tendo sido ouvida pelo Senhor Secretário de Estado da Cultura, em audiência.

PRINCIPAIS AÇÕES

1. CT Audiovisual

IL EO Jogos e Apostas Online

O XII Governo desencadeou uma iniciativa legislativa de regulamentação dos jogos e apostas online. Os operadores são chamados a intervir enquanto meros distribuidores ou *armazenadores* de conteúdos, à semelhança do regime previsto para o comércio eletrónico em geral.

Neste contexto, a APRITEL acompanhou e comentou a Proposta de Lei n.º 238/XII, que se destina a autorizar o Governo a aprovar o Regime Jurídico dos Jogos e Apostas Online.

Para endereçar as preocupações da APRITEL relativas ao regime excessivamente oneroso contemplado na versão inicial da PL, a APRITEL foi recebida em audiência pelo Senhor Secretário de Estado do Turismo.

"Internal Market and Services DG, Unit D1 -

CP *Copyright" - consulta*

É ainda de assinalar a participação da Apritel na consulta lançada pela Comissão Europeia *"Internal Market and Services DG, Unit D1 - Copyright"*.

IL EO Entidades de Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Direitos Conexos

Foi ainda desencadeada a revisão do regime jurídico das entidades de gestão coletiva de direitos de autor e dos direitos conexos constante da Lei n.º 83/2001. A posição da APRITEL nesta matéria vai no sentido de introduzir mais transparência na gestão destas entidades, num maior escrutínio dos processos de formação e fixação de tarifas, e na adequação dos processos de resolução de conflitos.

Neste contexto, a APRITEL foi recebida em audiência pelo Senhor Secretário de Estado da Cultura e reuniu com a AHRESP.

EO Secção Especializada do Cinema e do Audiovisual (SECA) e Conselho Nacional de Cultura

A Apritel acompanha os trabalhos da SECA e do CNC.

PRINCIPAIS AÇÕES

1. CT Redes

PO

EO

Acesso a infra-estruturas

Em 2014 foram publicadas ofertas grossistas por entidades abrangidas pela obrigação de conceder acesso a infra-estruturas, nos termos do Decreto-Lei n.º 123/2009, 21-05.

A APRITEL acompanhou e reagiu por diversas vias ao elevado nível de preços proposto por tais entidades. Tal é o caso da oferta grossista da Estradas de Portugal ('OREP-CTR').

Por outro lado, foi pedida à ANACOM e ao Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações a intervenção junto das Câmaras para que os níveis das tarifas cobradas estejam orientadas aos custos.

CP

CML Regulamento de Infraestruturas em Espaço Público

Esteve em consulta pública a Proposta de Regulamento de Infraestruturas em Espaço Público (Proposta n.º 536/2014). A APRITEL apresentou os seus contributos por escrito.

CP

PO

EO

Segurança e integridade de redes

Foi publicado em final de 2013 (24 de dezembro), a deliberação sobre a comunicação à ANACOM e a divulgação pública das circunstâncias, formato e procedimentos aplicáveis às exigências de comunicação de violações de segurança ou perdas de integridade das redes. Durante o ano de 2014 a APRITEL realizou diversas reuniões com a ANACOM para acompanhamento deste tema, nomeadamente, o esclarecimento de dúvidas durante o processo de implementação.

EO

Roubos e Furtos de equipamentos de redes de comunicações eletrónicas

A APRITEL reúne regularmente com a GNR a quem reporta a estatísticas do setor sobre furtos ocorridos e diligências tomadas.

PRINCIPAIS AÇÕES

1. CT Ação Legislativa

Revisão dos Estatutos da ANACOM

Foi colocado em consulta o Projeto de Decreto-Lei que procede à adaptação dos Estatutos do ICP-ANACOM ao regime estabelecido na *Lei-Quadro das Entidades Reguladoras*.

A Apritel apresentou a sua posição ao Gabinete do Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, sublinhando que:

- (i) a acumulação de funções de consultora do Governo, que é um *stakeholder* com interesses no mercado, restringe a margem de independência do regulador;
- (ii) agravada pelo desaparecimento do órgão Conselho Consultivo;
- (iii) o modelo de financiamento não incentiva a eficiência na gestão dos recursos e o controlo dos custos.

APRITEL NA IMPRENSA

destaques trimestre a trimestre

1ºT

1. Apritel reclama **regulação simétrica** para operadores de redes de comunicações eletrónicas e operadores virtuais Over The Top.

Jornal de Negócios
Telecomunicações
Operadores exigem regulação simétrica

2. Debate em torno da **Lei do Cinema**.

Jornal de Notícias
ALTERAÇÃO DA LEI É UMA "SOLUÇÃO DE CURTO PRAZO"

2ºT

3. APRITEL contribui para o debate e as **reformas na ação executiva**, no quadro dos diálogos com a Troika..

Jornal de Negócios

Pendência nas acções executivas recuaram cerca de 50% desde a chegada da troika. Este era um dos principais problemas então identificados

4. Para a Apritel, o funcionamento do mercado em Portugal **dispensa regulação de NN**. A eliminação das tarifas de **roaming favorece os países 'exportadores líquidos' de 'roamers out'** (maxime, Europa do Norte) em prejuízo do países com mais 'roamers in' (Europa do Sul).

P **Eurodeputados aprovam neutralidade da Internet e fim das tarifas de roaming**

5. Contra a inclinação na Europa e isolado da reforma do Direito de Autor na UE, o Governo português avança com uma revisão legislativa que **sobre-onera os equipamentos eletrónicos** com capacidade de memória.

3ºT

Diário Económico
Nova taxa sobre 'gadgets' rende 20 milhões para pagar direitos de autores
Nova lei Governo aprovou legislação para proteger direitos de autor e conexos. Lei da cópia privada cria taxa sobre aparelhos electrónicos

Diário de Notícias

Apritel quer trabalhar para esclarecer os consumidores

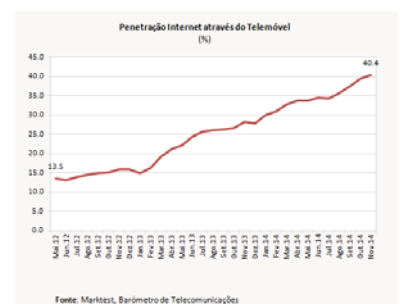
Telecomunicações Associação dos operadores de telecomunicações tem novo modelo de 'governance'. Daniela Antão é secretária-geral, que substitui o presidente.

6. A APRITEL, pela Secretária-Geral recentemente nomeada, Daniela Antão, coloca os **consumidores no centro** das preocupações da Associação.

4ºT



7. MARKTEST:
"Penetração da Internet móvel triplica em 2,5 anos".



8. MARKTEST:
"Mensalidade de telemóvel **cai para menos de metade** em 10 anos".

CONTAS DO EXERCÍCIO

Contas do Exercício

Demonstração de Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados		199 900,00	291 200,00
Subsídios à exploração			
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		-167 363,22	-201 030,79
Gastos com o pessoal			
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor		211,90	
Outros rendimentos e ganhos		-14 019,04	-15 000,00
Outros gastos e perdas			
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		18.729,64	75 169,21
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-91,06	
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		18 638,58	75 169,21
Juros e rendimentos similares obtidos		8 244,87	6 002,33
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		26 883,45	81 171,54
Imposto sobre o rendimento do período		-1 772,65	
Resultado líquido do período		25 110,80	81 171,54

Notas:

A descida nas receitas deve-se à fusão entre a OPTIMUS e a ZON, e entre a ONI e a Cabovisão passando estas associadas a pagar apenas uma quota, o que representa um decréscimo de 51k e 26k respetivamente no valor total das receitas da Associação.

A saída dos CTT resultou também num decréscimo de 3k.

A diferença de valores entre 2013 e 2014 na rubrica "Fornecimentos e serviços externos" deve-se à realização e pagamento do Observatório da Administração Pública Central à Insight; à apresentação do Estudo de Sobre-onação do Setor, no Museu do Oriente em 2013 e à redução dos honorários da Secretária-Geral em 2014.

Contas do Exercício

Balanço

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2014	2013
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		364,24	
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Activos intangíveis			
Activos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial			
Participações financeiras - outros métodos			
Accionistas/sócios			
Outros activos financeiros			
Activos por impostos diferidos			
		364,24	0,00
Activo Corrente			
Inventários			
Activos biológicos			
Clientes		82 253,01	5 253,01
Adiantamentos a fornecedores			
Estados e outros entes públicos		3 873,54	1 500,59
Accionistas/sócios			
Outras contas a receber			15,07
Diferimentos		1 456,09	1461,73
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários		413 071,46	468 799,90
		500 654,10	477 030,30
Total do activo		501 018,34	477 030,30

Contas do Exercício

Balanco

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2014	2013
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado			
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais			
Outras reservas		466 619,87	385 448,32
Resultados transitados			
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio			
		466 619,87	385 448,32
Resultado líquido do período		25 110,80	81 171,54
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		491 730,67	466 619,86
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		1 127,54	3 407,81
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos		1 772,65	
Accionistas/sócios			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar		6 387,48	1 240,08
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Acréscimos(custos provisionados em 2012/facturados em 2013)			5 762,55
Total do passivo		9 287,67	10 410,44
Total do capital próprio e do passivo		501 018,34	477 030,30

Contas do Exercício

Mapa de Comparação Orçamental

Operacional

		2014		2013	
		Orçamento	Execução em	Orçamento	Execução em
			31/Dez		31/Dez
Secretaria Geral	O valor de 2011 não considerava o ano todo nem o ajuste de alteração da SG	106.998,96 €	102.699,48 €	106.998,96 €	106.998,94 €
Escritório – Renda	Contrato Maia & Pereira: 12x€ 1.300	15.600,00 €	15.600,00 €	15.600,00 €	15.600,00 €
Escritório - Desp.Div. (Cond.,limpeza,electr.,etc.)	Estimativa baseada na Execução de 2011	4.947,69 €	4.100,86 €	4.947,69 €	3.853,76 €
Material de Escritório	inclui estacionario e material informatico	700,00 €	2.219,78 €	700,00 €	742,49 €
Documentação(Livros,revistas,jornais,etc.)	Assinaturas revistas e livros técnicos	150,00 €	0,00 €	150,00 €	3,60 €
Comunicações Eletrónicas e Alojamento do site	Estimativa baseada na Execução de 2011	5.000,00 €	6.457,43 €	5.000,00 €	5.957,67 €
Comunicações Postais	Estimativa baseada na Execução de 2011	700,00 €	662,41 €	700,00 €	443,11 €
Deslocações e estadas	Deslocações PresDir+SG	4.000,00 €	967,60 €	4.000,00 €	2.496,27 €
Outras despesas	Estimativa baseada na Execução de 2011	500,00 €	177,22 €	500,00 €	149,08 €
Quotizações pagas	ECTA e CSP	15.000,00 €	12.500,00 €	15.000,00 €	15.000,00 €
Agência de Comunicação	Contrato LPM	23.616,00 €	23.616,00 €	23.616,00 €	23.616,00 €
Outros serviços especializados	Contabilidade + apoio informático	5.000,00 €	4.169,10 €	5.000,00 €	4.560,50 €
Despesas financeiras	Garantia bancária da renda e comissões bancárias diversas	167,51 €	0,00 €	167,51 €	130,32 €
SOMA DESPESAS OPERACIONAIS		182.380,16 €	173.169,88 €	182.380,16 €	179.551,74€



Contas do Exercício

Mapa de Comparação Orçamental

Investimento

Estudos	Estudos de terceiros (parte suportada pela APRITEL)	117.391,20 €	2.952,00 €	117.391,20 €	19.128,06 €
Eventos próprios	Inclui AFT, seminários organizados pela APRITEL e reuniões de grupos de trabalho internos	36.900,00 €	3.411,90 €	36.900,00 €	15.757,99 €
Manutenção e atualização do Site	Nova release do site	7.000,00 €	0,00 €	7.000,00 €	835,17€
Publicidade e Imagem	Alteração imagem da APRITEL e produção de materiais	3.000,00 €	0,00 €	3.000,00 €	
Escritório - Remodelação	inclui compra de equipamento	1.500,00 €	628,31 €	1.500,00 €	757,83 €
SOMA DESPESAS INVESTIMENTO		165.791,20 €	6.992,21 €	€165791,20	36.479,05 €

Extraordinárias

Provisão cobranças duvidosas	Todos os associados pagarão as quotas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Anulação de dívidas de Associados	Todos os associados pagarão as quotas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Custos Extraordinários		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
SOMA DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS		- €	0,00 €	- €	0,00 €

TOTAL DESPESAS

348.171,36 €
180.162,09 €
348.171,36 €
216.030,79 €

